



Telessaúde
UFSC



apresentam

DIÁLOGOS INTERSECCIONAIS: DESIGUALDADES DE GÊNERO E ÉTNICO-RACIAIS, IMIGRAÇÃO E VULNERABILIDADES

Regina C. da Silva Suenes



“Dialogando com a Mobilidade Feminina”

Regina C. da Silva Suenes

Migração e Contemporaneidade

Porque as pessoas migram? migração e refúgio

- ✓ A mobilidade humana - indissociável da própria história da humanidade

Elementos que permeiam a migração:

- Racismo e migração atravessados pela raça - desigualdade
- Xenofobia
- Restrição documental
- Gênero e migração
- Trabalho
- Estrutura governamental engessada- falta de acesso a políticas públicas (saúde, educação, assistência social)

Lei 13.445 de 24 de maio de 2017

“Estatuto do Estrangeiro” da Lei nº 6.815 de 1980

➤ Pessoa imigrante - ameaça à estabilidade social e a ordem estabelecida.

O que muda com a nova Lei da migração ? Pessoa que migra sujeito de direitos

Art. 3º universalidade, indivisibilidade e interdependência dos direitos humanos; repúdio e prevenção à xenofobia, ao racismo e a quaisquer formas de discriminação[...]

Lei 13.445 de 24 de maio de 2017

Lacunas existentes:

- Políticas migratórias brasileiras perpassadas pela eugenia-supremacia racial do branco, como concederam inúmeros privilégios a imigrantes brancos,
- Regularização migratória- impedimentos do coletivo negro
- A lei peca ao universalizar a pessoa imigrante “Os corpos brancos do norte global ainda são lidos e acolhidos aqui, diferentemente dos corpos racializados como não brancos” (SILVA, 2020, p. 30).

Panorama da Migração Contemporânea Santa Catarina

- Dados do Sistema de Registro Nacional Migratório (SISMIGRA):
81.334 – População imigrante em SC
- Cadastro Único(set/2021) – 21.946
- Nacionalidades:113
- Municípios:246
- Mulheres migrantes: 11.703
- Homens migrantes: 10.243
- Imigrante negro(haitiano): 8.745
- Imigrante venezuelano: 8.530
- Mulheres imigrantes negras:5.144

246 Total Municípios
113 Total Países

Painel CAD – Imigrantes

set/2021

Visão Pessoa

21.946
Total Cadastrados

9.644
Extrema Pobreza

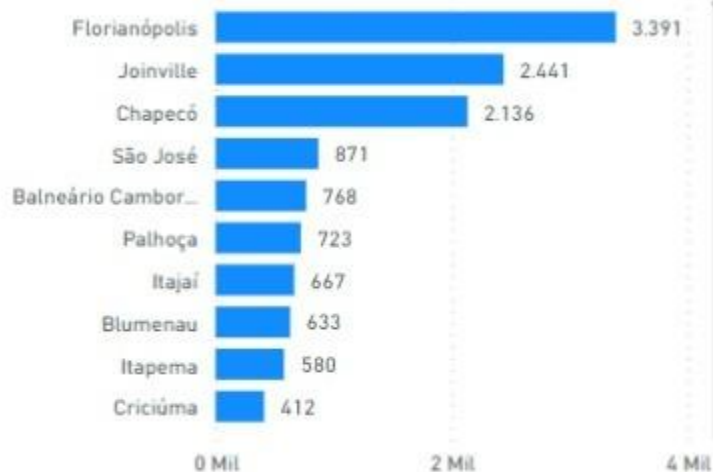
2.903
Pobreza

10.805
Total famílias

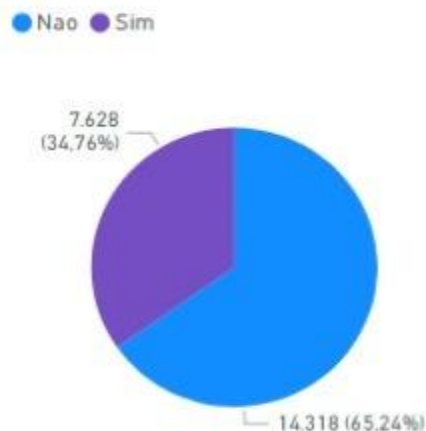
120
Dormem na rua

7.628
Total PBF

Total Cadastrados por Município



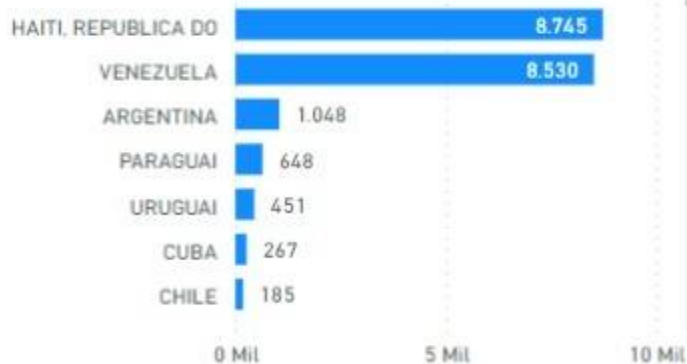
Total Cadastrados por PBF



Total Extrema Pobreza, Total Pobreza e Total Cadastrados



Pais de Origem



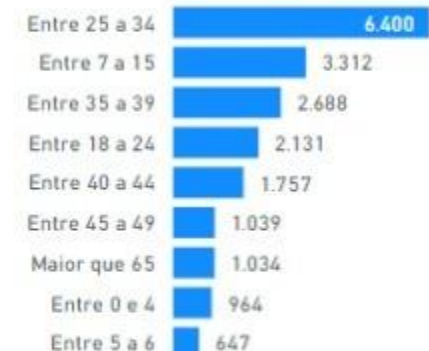
Total Cadastrados por PBF



Total Cadastrados por Grau de Instrução



Total Cadastrados por Faixa Etária



Migração Feminina e Múltiplas Vulnerabilidades

1. Relações violentas;
2. Falta de informação e criminalização pela pobreza;
3. Reduzido acesso a educação, saúde, oportunidade de trabalho;
4. Barreira da língua, desenraizamento cultural(saúde mental);
5. Exploração da força de trabalho;
6. Regularização migratória;
7. Racismo e xenofobia;
8. Destaca-se que em relação ao gênero na educação de jovens e adultos a maioria é de homens 70% e mulheres é de 30%;
9. Mulheres correspondem em média, a um terço dos homens no mercado formal.

Migração Feminina e Saúde

Interseccionalidade - aspectos demográficos, posição socioeconômica, o lugar, políticas de imigração e de integração, racismo e xenofobia, contexto étnico e racial e a própria história de migração.

Desafios

1. Mudar paradigmas – acolhimento
2. Avançar em termos de conhecimento- estratégias de formação
3. Intersetorialidade – articulação com rede atendimento
4. Educação antirracista e antixenofóbica
5. Proposição de Políticas sociais públicas
6. Efetividade da Lei do SUS
7. Urgência de organizar e estruturar a inserção da população migrante na realidade catarinense .

Referências

1. SISMIGRA - **Sistema de Registro Nacional Migratório**. Disponível em: <https://dados.gov.br/dataset/sismigra>. Consulta em 08 fev 2022.
2. CAVALCANTI, L; OLIVEIRA, T.; MACEDO, M., **Imigração e Refúgio no Brasil**. Relatório Anual 2020. Série Migrações. Observatório das Migrações Internacionais; Ministério da Justiça e Segurança Pública/ Conselho Nacional de Imigração e Coordenação Geral de Imigração Laboral. Brasília, DF: OBMigra, 2020
3. BRASIL. **Lei n. 13.445**, de 24 de maio de 2017. Institui a Lei de Migração. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13445.htm#:~:text=Institui%20a%20Lei%20de%20Migra%C3%A7%C3%A3o.&text=Art.,pol%C3%ADticas%20p%C3%ABlicas%20para%20o%20emigrante>. Acesso em: 17 set. 2020.
4. SILVA, Karine de Souza & BORBA de Sá, Miguel. Do haitianismo à nova lei de migração: direito, raça e política migratória brasileira em perspectiva histórica.in: **Revista Nuestramérica**, v. 9, nº 17, 2021.
5. BOSCHETTI, Ivanete. Agudização da barbárie e desafios ao Serviço Social. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 28, p. 54-70, jan/abr. 2017. Disponível em: <<https://core.ac.uk/download/pdf/160475535.pdf> >. Acesso em: 14 set. 2020.

OBRIGADA! MÈSI! GRACIAS! THANKS!

Regina C. da Silva Suenes

Perguntas e respostas



apresentam

DIÁLOGOS INTERSECCIONAIS: DESIGUALDADES DE GÊNERO E ÉTNICO-RACIAIS, IMIGRAÇÃO E VULNERABILIDADES

Natércia Ventura Bambirra

Roteiro da apresentação

- I. Breve introdução à interseccionalidade;
- II. Contextualização das desigualdades de gênero e raça/etnia (IBGE, IPEA, PNAD, etc);
- III. Violência estatal sobre mulheres racializadas – algumas reflexões no campo da saúde (violência obstétrica, campanha de esterilização compulsória na década de 1970/80, criminalização do aborto, etc).

Interseccionalidade

- A interseccionalidade é aqui mobilizada para auxiliar no debate sobre quais mulheres estamos falando.
- A **construção do conceito** de interseccionalidade dos eixos de discriminação: étnico-racial, gênero, classe e sexualidade **vem da militância de mulheres negras e mulheres não-brancas (mulheres racializadas)**.

Interseccionalidade

Com a inserção das mulheres negras nas academias, a interseccionalidade também chega a esses espaços e vem sendo absorvida em diferentes medidas pelas disciplinas (COLLINS, 2017).

Isso levou a muitos equívocos e distorções de sua utilização, tanto enquanto ferramenta teórica e metodológica, quanto como prática (COLLINS, 2017).

Interseccionalidade

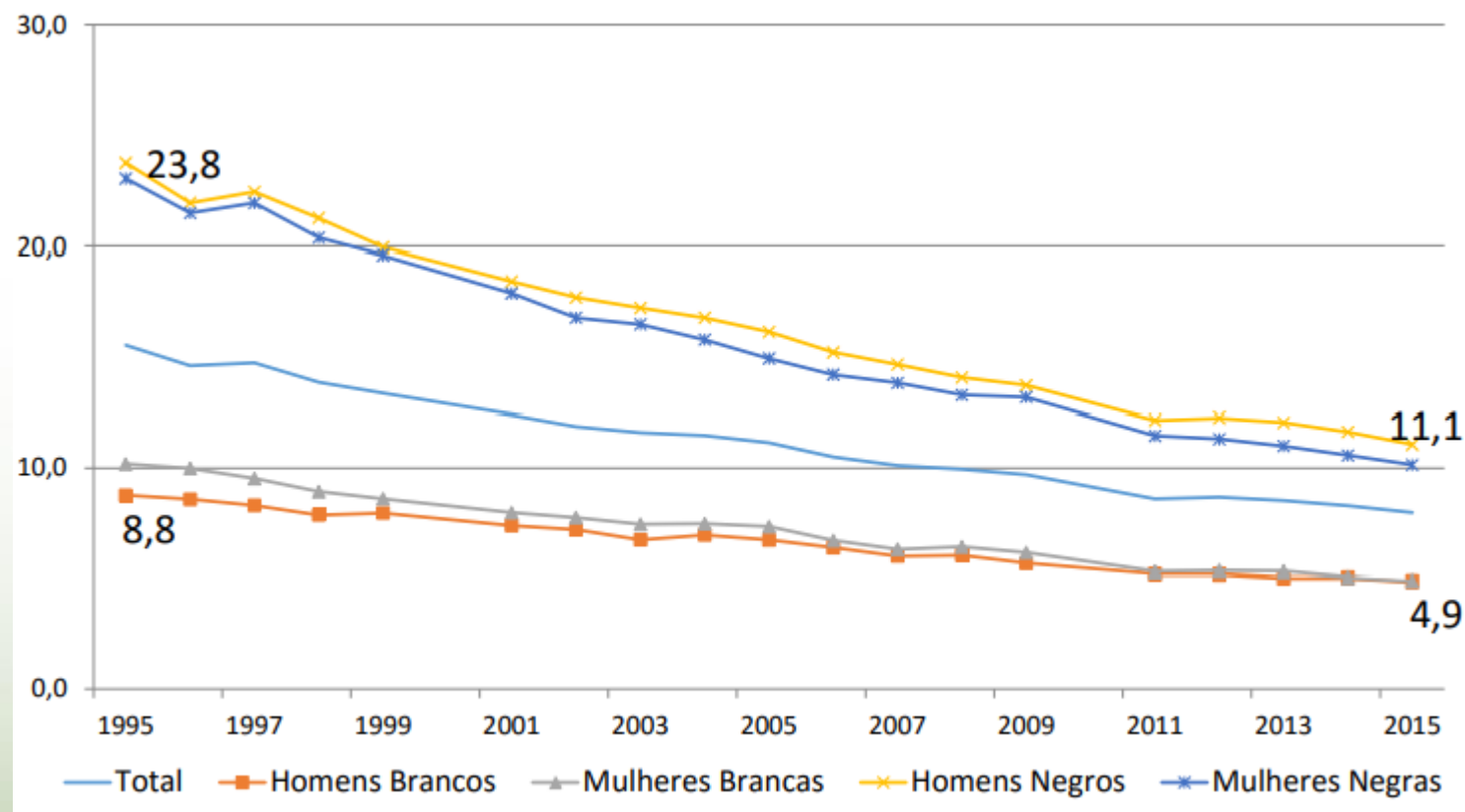
Para Kimberle Crenshaw (2017) nas experiências de mulheres não-brancas, onde há intersecção, as estratégias de intervenção não podem se basear “unicamente nas experiências das mulheres que não compartilham a mesma classe ou raça”.

Isso se deve ao fato de que as mulheres não-brancas estão situadas de maneira distinta nos mundos econômico, social e político (CRENSHAW, 2017) .

Contextualização das desigualdades de gênero e raça/etnia

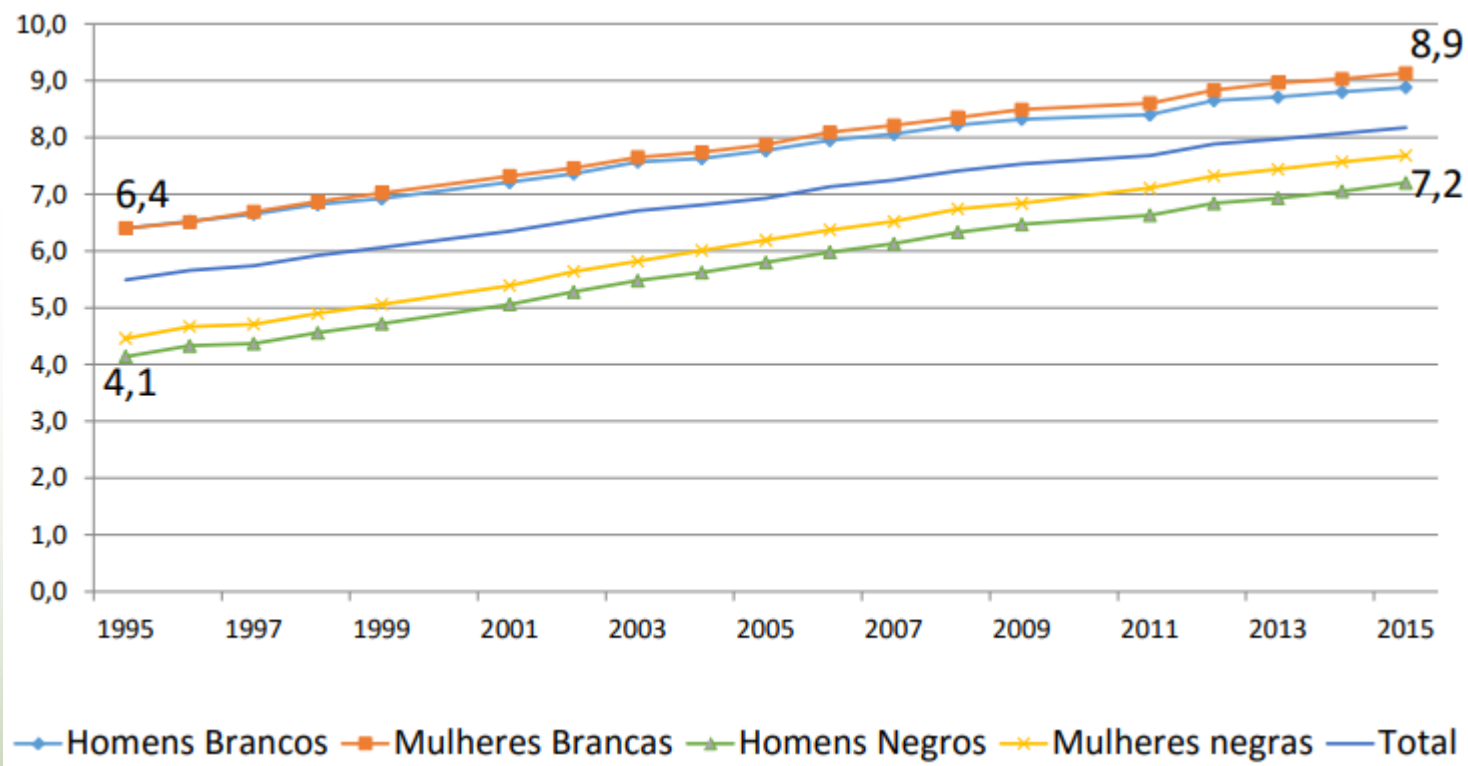
Alguns dados trazidos no estudo do IPEA *Retrato das Desigualdades de Gênero e Raça*, com base em séries históricas de 1995 a 2015 da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad), do IBGE.

Taxa de analfabetismo da população com 15 anos ou mais de idade, por sexo e raça/cor – Brasil, 1995 a 2015



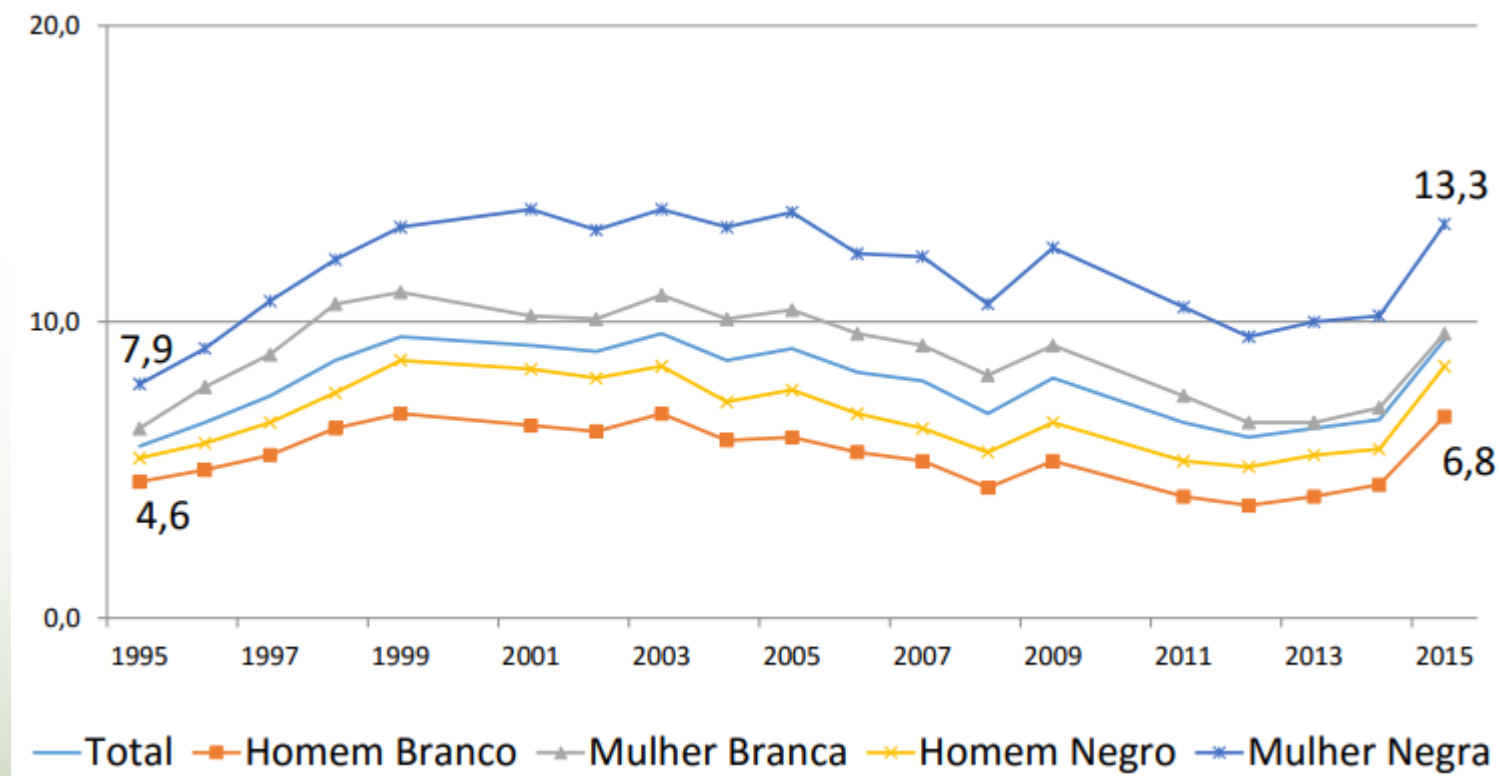
Fonte: Pnad/IBGE Elaboração: IPEA/DISOC/NINSOC.
IPEA, Retrato das Desigualdades de Gênero e Raça – 1995 a 2015.

Média de anos de estudo das pessoas de 15 ou mais de idade, por sexo, segundo cor/raça e localização do domicílio – Brasil, 1995 a 2015



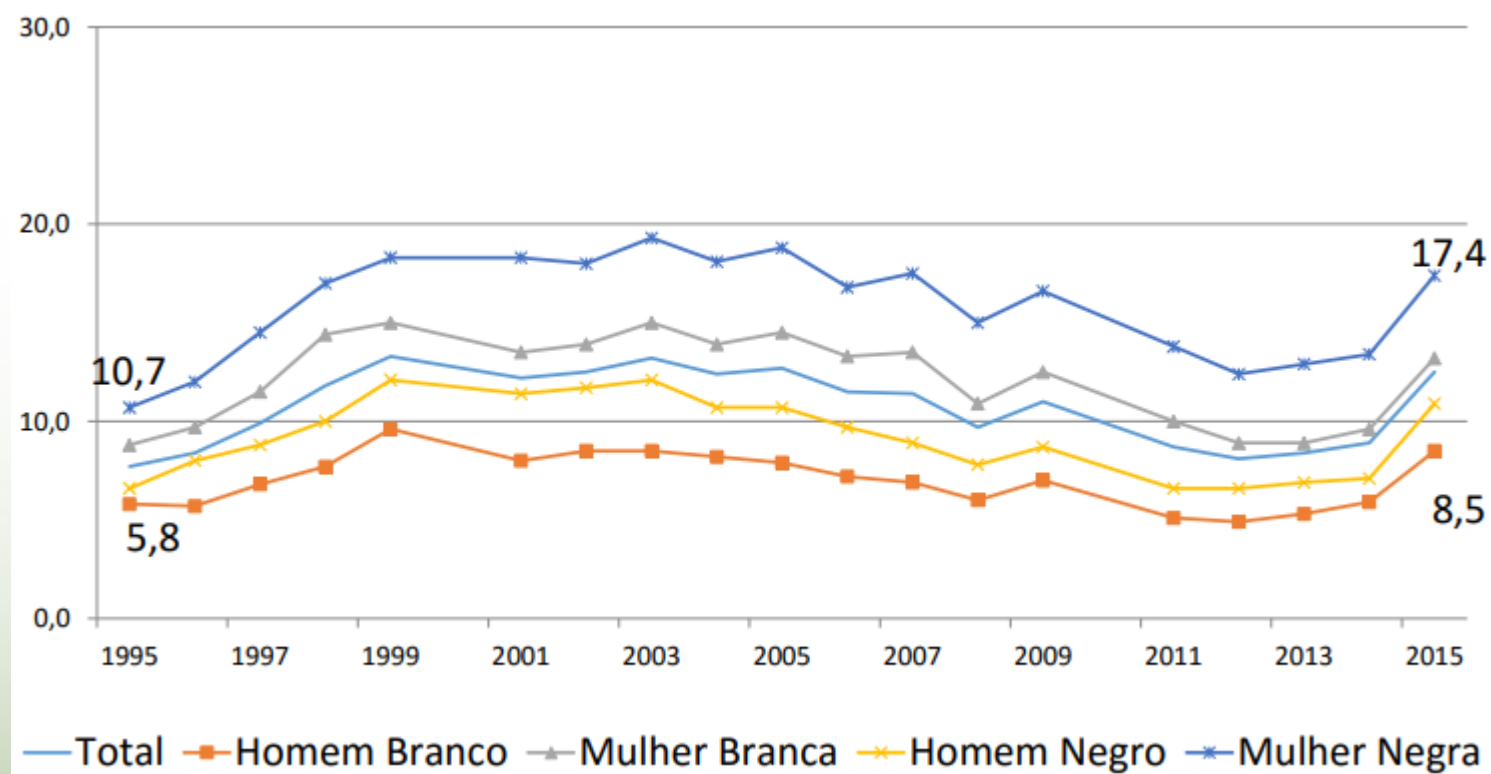
Fonte: Pnad/IBGE Elaboração: IPEA/DISOC/NINSOC
IPEA, Retrato das Desigualdades de Gênero e Raça – 1995 a 2015.

Taxa de desocupação das pessoas de 16 anos ou mais de idade, por sexo e cor/raça – Brasil, 1995 a 2015



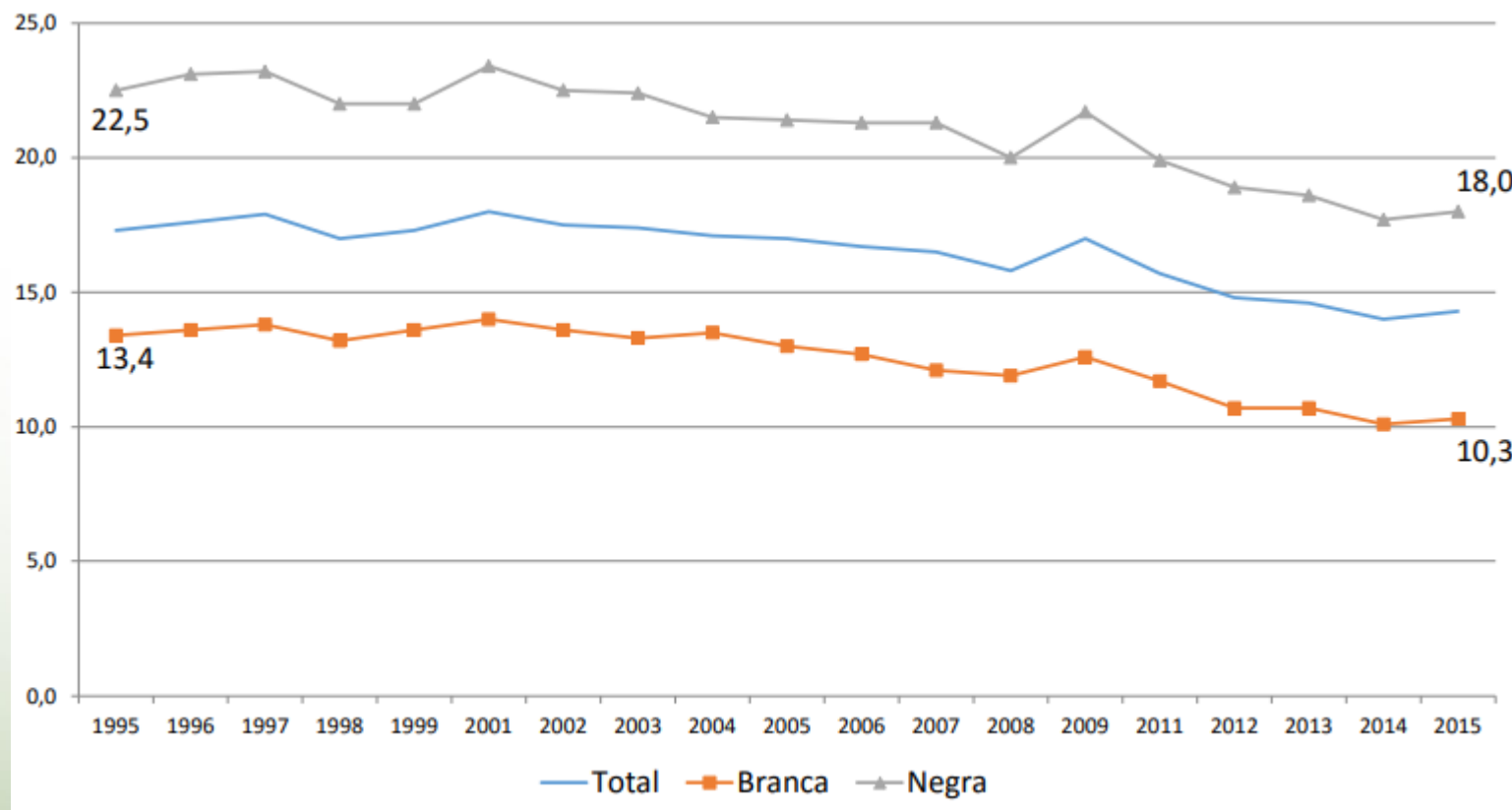
Fonte: Pnad/IBGE Elaboração: IPEA/DISOC/NINSOC
IPEA, Retrato das Desigualdades de Gênero e Raça – 1995 a 2015.

Taxa de desocupação das pessoas com 16 anos ou mais de idade, por sexo e cor/raça e de 9 a 11 anos de estudo – Brasil, 1995 a 2015



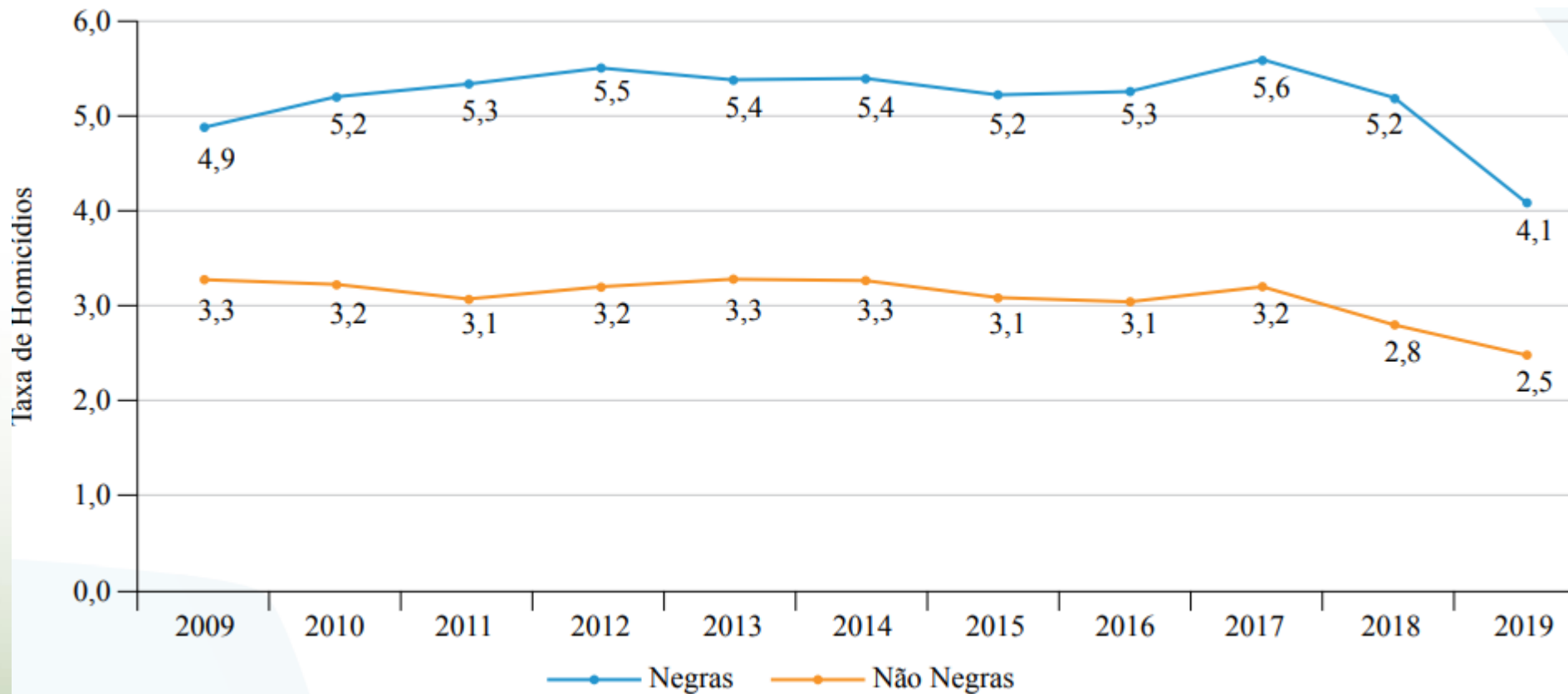
Fonte: Pnad/IBGE Elaboração: IPEA/DISOC/NINSOC
IPEA, Retrato das Desigualdades de Gênero e Raça – 1995 a 2015.

Proporção de trabalhadoras domésticas no total de ocupadas, por cor/raça – Brasil, 1995 a 2015



Fonte: Pnad/IBGE Elaboração: IPEA/DISOC/NINSOC
IPEA, Retrato das Desigualdades de Gênero e Raça – 1995 a 2015.

Brasil: Evolução da Taxa de Homicídios Femininos, por Raça/Cor (2009 a 2019)



Fonte: Atlas da Violência 2021

Observatório da Violência Contra a Mulher SC:

<https://ovm.alesc.sc.gov.br/>

Violência estatal sobre mulheres racializadas

A experiência possui um lugar central para os feminismos negros e também para a interseccionalidade.

As experiências das mulheres brancas são diferentes das experiências das mulheres negras, que são diferentes das mulheres indígenas, etc.

Violência estatal sobre mulheres racializadas

- O marco dessas diferenças consiste na colonização e na escravidão.
- Mesmo com o fim formal da escravidão, o racismo segue impondo às mulheres negras uma posição social de maior vulnerabilidade.
- Isso ocorre, porque, em países latinos como o Brasil, a raça/etnia, o gênero e a classe estão inscritos na estrutura social.

Em relação às mulheres negras, é no campo da saúde onde grande parte da violência estatal se concentra. Abaixo apresentamos 3 âmbitos:

- I. os alarmantes índices de violência obstétrica empregada contra mulheres negras;
- II. campanha de esterilização compulsória promovida pelo Estado entre as décadas de 1970/80 ;
- III. criminalização do aborto. O maior número de morbidade ou mortalidade pela prática se concentra entre as mulheres negras pobres.

- O estudo de Maria do Carmo Leal et al “A cor da dor: iniquidades raciais na atenção pré-natal e ao parto no Brasil” (2017) , realizado com prontuários médicos de 23.894 mulheres coletados entre 2011 e 2012, indicou, entre outras coisas, que:
 - “Em comparação às brancas, puérperas de cor preta possuíam maior risco de terem um pré-natal inadequado, falta de vinculação à maternidade, ausência de acompanhante, peregrinação para o parto e menos anestesia local para episiotomia” (LEAL et al, 2017, p. 1).

- “Puérperas de cor parda também tiveram maior risco de terem um pré-natal inadequado e ausência de acompanhante quando comparadas às brancas” (LEAL et al, 2017, p. 1).
- O racismo na saúde se trata de uma questão estrutural e institucional.

Os dados da pesquisa de Bruno Baptista Cardoso, Fernanda Morena dos Santos Barbeiro Vieira e Valeria Saraceni (2020), revelaram “um perfil de mulheres em maior risco de óbito por aborto: as de cor preta e as indígenas, de baixa escolaridade, com menos de 14 e mais de 40 anos, vivendo nas regiões Norte, Nordeste e Centro-oeste, e sem companheiro”.

Para Djamila Ribeiro (2017, p. 27), as feministas negras ao realizarem a intersecção dos debates “estão afirmando que não é possível lutar contra uma opressão e alimentar outra, porque a mesma estrutura seria reforçada”.

DESAFIO - estarmos atentos aos aspectos do poder que não fazem parte de nossas experiências pessoais.

Referências

Atlas da Violência 2021 / Daniel Cerqueira et al., — São Paulo: FBSP, 2021.

Azmina. Criminalização do aborto mata mais mulheres negras. Por Thais Folego. 2017. Disponível em: <https://azmina.com.br/reportagens/precisamos-falar-de-aborto-e-como-ele-mata-mulheres-negras/>. Acesso em 07 de mar. 2022.

CARDOSO, Bruno Baptista; VIEIRA, Fernanda Morena dos Santos Barbeiro ; SARACENI, Valeria. Aborto no Brasil: o que dizem os dados oficiais? Cad. Saúde Pública. p. 1-13. 2020.

CRENSHAW, Kimberlé. Mapeando as margens: interseccionalidade, políticas de identidade e violência contra mulheres não-brancas. Traduzido por Carol Correia. 2017. Disponível em: < <https://www.geledes.org.br/mapeando-as-margens-interseccionalidade-politicas-de-identidade-e-violencia-contra-mulheres-nao-brancas-de-kimberle-crenshaw%E2%80%8A-%E2%80%8Aparte-1-4/>>. Acesso em 11 de fev. 2022.

IBGE. IPEA. Retrato das Desigualdades de Gênero e Raça – 1995 a 2015.

HILL COLLINS, Patricia. Se perdeu da tradução? Feminismo negro, interseccionalidade e política emancipatória, Paragrafo, Volume 5, numero 1, Janeiro/junho 2017, pp 6-17.

LEAL, Maria do Carmo; et al. A cor da dor: iniquidades raciais na atenção pré-natal e ao parto no Brasil. Cad. Saúde Pública. p. 1-17, 2017.

RIBEIRO, Djamila. Quem tem medo do feminismo negro? Companhia das letras, 2017.

Vídeo “Mulheres imigrantes”
<https://www.youtube.com/watch?v=jPQ45Fs5ALU>

Perguntas e respostas